



QUESTÃO 01

A Constituição da República dispõe sobre preceitos relativos aos Municípios. De acordo com o disposto pelo legislador constituinte, pode-se afirmar:

I – Compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

II - A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal

III - Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal enviar repasse a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente a afirmativa II está correta.
- c) Somente a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 02

De acordo com a Lei Orgânica do Município é incorreto afirmar:

a) Ao Município compete expedir alvarás de funcionamento para estabelecimentos em funcionamento no Município, manter serviços de sua permanente fiscalização, e cassar os respectivos alvarás dos que se tornarem nocivos ou inconvenientes à saúde, à higiene ou ao bem-estar público, ou aos bons costumes, observadas as normas federais e estaduais pertinentes.

b) Compete exclusivamente ao Município, legislar sobre assunto de interesse local, dentre outras atividades, prestar serviços de atendimento à saúde da população, de assistência pública, e de proteção e garantias às pessoas portadoras de deficiência de qualquer natureza.

c) Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, observadas as regras constitucionais sobre iniciativa, dispor sobre todas as matérias de interesse local, especialmente legislar sobre tributos municipais, isenções, anistias, remissão e suspensão de cobrança da dívida ativa.

d) Compete exclusivamente à Câmara Municipal, entre outras, criar comissões especiais de inquérito sobre fato determinado de interesse municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço de seus membros.

QUESTÃO 03

Analise as assertivas abaixo:

I - A Câmara Municipal poderá cassar o mandato do Vereador quando, em processo regular em que for assegurado ao acusado amplo direito de defesa, concluir pela prática de infração político-administrativa.

II - Os serviços públicos cuja execução for transferida a terceiros ficarão sob a total regulamentação e fiscalização pelo Município, que deverá retomá-los sempre que forem prestados em desacordo com os termos e condições da outorga.

III - Poderá ser processado pela Câmara, e perder o mandato, o Vereador que infringir proibição constitucional de contratar diretamente e ou por empresa de sua propriedade com o Município; aceitar cargo ou emprego público inacumulável; patrocinar causas em que seja interessado o Município, ou ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo.

IV - O arquivamento do processo de cassação do mandato de Vereador por falta de conclusão impede, pelos mesmos fatos, nova denúncia e a apuração de contravenções e de crimes comuns.

- a) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas I, II e IV estão corretas.
- c) Somente as assertivas I, III e IV estão corretas.
- d) Somente as assertivas II, III e IV estão corretas.

QUESTÃO 04

De acordo com as disposições legais sobre o mandado de segurança, assinale a alternativa correta:

a) Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito devolutivo.

c) Da sentença, denegando ou concedendo o mandado, cabe apelação. Caso seja concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.

d) O mandado de segurança coletivo induz litispendência para as ações individuais, pois os efeitos da coisa julgada beneficiarão o impetrante a título individual.

QUESTÃO 05

De acordo com o artigo 29 da Constituição Federal, o município passou a ser regido pela sua própria Lei Orgânica. De acordo com a Lei Orgânica Municipal de Carapicuíba é correto afirmar:

a) A Presidência é o órgão máximo da estrutura da Câmara Municipal, sendo competência do Presidente dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e os da Mesa, bem como supervisionar, na forma do Regimento Interno, os trabalhos administrativos da Câmara Municipal.

b) As Comissões, órgãos internos destinados a estudar, investigar e apresentar pareceres, conclusões, indicações ou recomendações sobre a matéria submetida à sua apreciação, poderão ser permanentes ou temporárias. Cabe às comissões temporárias dentro da matéria de sua competência, receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas.



- c) As únicas comissões permanentes obrigatórias são de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Turismo.
- d) As Comissões Especiais de Inquérito encerrará seus trabalhos com apresentação de relatório circunstanciado e conclusivo, que será encaminhado, ao Vice-Presidente da Câmara Municipal, para que este, no prazo de 15 (quinze) dias dê ciência ao Plenário.

QUESTÃO 06

Com base nas disposições Constitucionais, analise as afirmativas abaixo:

I - Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público. A Lei municipal estabelecerá normas gerais para fixação de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro.

II - As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º da Constituição da República.

III - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre os entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos.

IV - Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e os adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com a Constituição serão imediatamente reduzidos aos limites dela decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido ou percepção de excesso a qualquer título.

- a) Somente as afirmativas I, II e III estão corretas.
b) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
c) Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
d) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.

QUESTÃO 07

Assinale a alternativa incorreta:

- a) As sessões legislativas ordinárias, compreendendo os períodos legislativos de 1º de fevereiro a 30 de junho, e de 1º de agosto a 15 de dezembro, instalam-se independentemente de convocação, considerando-se recesso os lapsos entre os períodos, compreendidos esses de 1º a 31 de julho, e de 16 de dezembro a 31 de janeiro.
- b) A convocação extraordinária da Câmara nas sessões legislativas ordinárias será feita pelo Presidente em caso de urgência ou interesse público relevante, com notificação pessoal e escrita aos vereadores, com antecedência mínima de 24(vinte e quatro) horas.
- c) As sessões da Câmara Municipal serão públicas, salvo deliberação em contrário tomada por ao menos

dois terços de seus membros, para atender motivo relevante de preservação do decoro parlamentar ou para deliberação sobre outorga de títulos ou honrarias, sendo nessa hipótese secretas e realizadas na sede do Legislativo, com acesso franqueado apenas aos Vereadores.

d) As sessões da Câmara Municipal, salvo as solenes, somente serão abertas com a presença mínima de dois terços dos seus membros, e somente deliberará com a presença do Plenário.

QUESTÃO 08

Sobre o mandato de Vereador, sua posse e o exercício, é correto afirmar:

a) O Vereador deverá apresentar à Presidência da Câmara, em até 10 (dez) dias após sua posse, sua declaração de bens.

b) Os Vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, firmar ou manter contrato com pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, no âmbito e em operações no Município.

c) Os Vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público do Município ou nela exercer função remunerada.

d) Os Vereadores não poderão, desde a expedição do diploma, ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

QUESTÃO 09

Marque a alternativa incorreta:

a) Para a posse, o Prefeito se desincompatibilizará de qualquer atividade que de fato ou de direito seja juridicamente inconciliável com o exercício do mandato.

b) Em caso de impedimento do Prefeito e Vice-Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, serão, sucessivamente chamados ao exercício da chefia do Poder Executivo Municipal o Presidente da Câmara Municipal e, no impedimento deste, o Secretário ou Diretor dos Negócios Jurídicos da Prefeitura Municipal.

c) O Prefeito não poderá ausentar-se do Município, a não ser nos casos previstos em lei, ou afastar-se do exercício do mandato, por mais de quinze dias consecutivos, sem autorização legislativa, sob pena de obrigatório desencadeamento de processo de cassação do mandato.

d) O Prefeito somente poderá licenciar-se do exercício do mandato, sempre com direito à remuneração parcial, em razão de doença comprovada; serviço ou missão de representação do Município e férias.

QUESTÃO 10

A Lei Orgânica do Município dispõe sobre responsabilidade, direitos, deveres, substituição e sucessão do Prefeito. Sobre o assunto, pode-se



afirmar:

I - O Vice-Prefeito substitui o Prefeito nos casos de licença ou outros impedimentos temporários, e o sucede nos casos de vaga. Considera-se vago o cargo de Prefeito, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer morte, renúncia ou perda, por qualquer modo, do mandato.

II - São, dentre outros, deveres institucionais do Prefeito, planejar as ações administrativas, visando a sua transparência, eficiência, economia e a participação comunitária.

III - Extingue-se o mandato do Prefeito, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara Municipal, nas mesmas hipóteses previstas na Lei Orgânica para a extinção de mandato dos Vereadores. Ocorrido e comprovado o ato ou o fato extintivo, o Presidente da Câmara Municipal, na primeira sessão, o comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração da extinção do mandato, e ato contínuo convocará o substituto legal para a posse.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente a afirmativa II está correta.
- c) Somente a afirmativa III está correta.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

QUESTÃO 11

A execução é o instrumento processual posto à disposição do credor para exigir o adimplemento forçado da obrigação. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A execução fiscal é o instrumento jurídico-processual predisposto a cobrança da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento.
- b) O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. Decorrido o prazo máximo de 18 (dezoito) meses, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos.
- c) A execução fiscal poderá ser promovida contra o devedor, o fiador, o espólio, a massa, o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou os sucessores a qualquer título.
- d) A petição inicial da execução fiscal respeitará todos os requisitos do artigo 282 do CPC, sob pena de indeferimento.

QUESTÃO 12

Analise as assertivas abaixo:

I – A ação de consignação de pagamento é o meio adequado para que terceiro ou o devedor de uma obrigação de dar coisa ou de pagar quantia em favor de credor obtenha o reconhecimento de sua liberação ou da conseqüente quitação. Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o devedor ou

terceiro optar pelo depósito da quantia devida, em estabelecimento bancário, cientificando-se o credor por carta com aviso de recepção, assinado o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação de recusa.

II - Na contestação da ação de consignação de pagamento, o réu somente poderá alegar que não houve recusa ou mora em receber a quantia ou coisa devida ou que o depósito não é integral.

III - Quando na contestação o réu alegar que o depósito não é integral, é lícito ao autor completá-lo, dentro em 10 (dez) dias, salvo se corresponder a prestação, cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato.

- a) Somente as assertivas I e II estão corretas.
- b) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- c) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa incorreta:

a) No procedimento da ação popular, o prazo de contestação é de 20 (vinte) dias, prorrogáveis por mais 20 (vinte), a requerimento do interessado, se particularmente difícil a produção de prova documental, e será comum a todos os interessados, correndo da entrega em cartório do mandado cumprido, ou, quando for o caso, do decurso do prazo assinado em edital.

b) Na ação de desapropriação, da sentença, que fixar o preço da indenização caberá apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriado, e com ambos os efeitos, quando o for pelo expropriante. Caso haja condenação da Fazenda Pública em quantia superior ao dobro da oferecida, a sentença fica sujeita ao duplo grau de jurisdição.

c) A propositura da ação de usucapião está diretamente relacionada ao tempo do exercício da posse, mansa e ininterrupta, pelo autor. A lei exige do possuidor que permaneça em contato com o bem por tempo variável, a depender da espécie, sendo de 15 anos no caso do usucapião extraordinário, de dez no ordinário e de cinco no usucapião especial, não sendo possível redução desse prazo, em nenhuma das espécies de usucapião existentes.

d) Compete ao Município a propositura de ação de nunciação de obra nova, a fim de impedir que o particular construa em contravenção da lei, do regulamento ou de postura.

QUESTÃO 14

Com relação aos recursos previstos pelo Ordenamento Jurídico Brasileiro, pode-se afirmar:

I – A interposição do recurso, de forma tempestiva, impede ou retarda a preclusão ou coisa julgada.

II – Não é possível inovar nos recursos, todavia, as questões de fato, não propostas no juízo inferior, poderão ser suscitadas na apelação, se a parte provar que deixou de fazê-lo por motivo de força maior.

III – Para que o recurso seja conhecido, é preciso que, no ato de interposição, seja comprovado o



recolhimento do preparo. Somente são dispensados de preparo os recursos interpostos pelo Ministério Público e pela União.

IV – A sentença que homologa divisão ou demarcação de terras, será recebida somente no efeito devolutivo.

V - Interposto o agravo de instrumento, o agravante, no prazo de 10 (dez) dias, requererá juntada, aos autos do processo de cópia da petição do agravo de instrumento e do comprovante de sua interposição, assim como a relação dos documentos que instruíram o recurso, sob pena de inadmissibilidade do recurso.

- a) Somente as afirmativas I, II e IV estão corretas.
- b) Somente as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- c) Somente as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- d) Somente as afirmativas I, III e V estão corretas.

QUESTÃO 15

Analise as assertivas abaixo e assinale aquela que não tem relação com o conceito de Direito Constitucional:

- a) É o ramo do direito privado responsável por analisar e controlar as leis fundamentais que regem o Estado.
- b) É o ramo do direito público interno que estuda a Constituição.
- c) É o ramo do direito público interno que estuda a lei de organização do Estado, em seus aspectos fundamentais.
- d) É o ramo do direito público que expõe, interpreta e sistematiza os princípios e normas fundamentais do Estado

QUESTÃO 16

Analise as assertivas a seguir, sobre a supremacia da Constituição, e assinale a alternativa correta:

- I) Pelo princípio da supremacia da constituição, essa se coloca no vértice do sistema jurídico do país, a que confere validade, e todos os poderes estatais são legítimos na medida em que a constituição os reconheça e na proporção por ela distribuídos.
 - II) A supremacia da Constituição decorre de sua própria origem, pois provém de um poder constituinte derivado, de natureza absoluta, bem como de seu caráter de rigidez.
 - III) As normas constitucionais sobrepõem-se a todas as demais normas jurídicas do país.
- a) todas as assertivas estão corretas.
 - b) somente a assertiva I está incorreta.
 - c) somente a assertiva II está incorreta.
 - d) somente a assertiva III está incorreta.

QUESTÃO 17

De acordo com a Constituição Federal, a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos, exceto:

- a) diversidade da base de financiamento.
- b) caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores,

dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

- c) proporcionalidade na forma de participação no custeio.
- d) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

QUESTÃO 18

Sobre a vigência da legislação tributária, é correto afirmar que:

- a) Entram em vigor, no dia seguinte ao de sua publicação, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
- b) Entram em vigor, 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, quanto a seus efeitos normativos, as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa.
- c) os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios entram em vigor na data neles prevista.
- d) Entram em vigor no primeiro dia útil do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação os dispositivos de lei, referentes a impostos sobre o patrimônio ou a renda, que definem novas hipóteses de incidência.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com a previsão dada pela Constituição Federal ao poder de fiscalização dos municípios:

- a) A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.
- b) As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.
- c) É permitida a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.
- d) O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

QUESTÃO 20

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta em relação à extinção do crédito tributário:

- I) Extinguem o crédito tributário, entre outros: o pagamento, a moratória e transação.
- II) O depósito do montante integral do crédito tributário extingue sua exigibilidade.
- III) A lei pode facultar, nas condições que estabeleça, aos sujeitos ativo e passivo da obrigação tributária celebrar transação que, mediante concessões mútuas, importe em determinação de litígio e conseqüente extinção de crédito tributário.



- a) Todas as assertivas estão incorretas.
- b) Apenas a assertiva I está correta.
- c) Apenas a assertiva II está correta.
- d) Apenas a assertiva III está correta.

QUESTÃO 21

Com relação à preferência do crédito tributário, assinale a alternativa incorreta:

- a) A cobrança judicial do crédito tributário é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
- b) São extraconcursais os créditos tributários decorrentes de fatos geradores ocorridos no curso do processo de falência.
- c) Havendo mais de uma pessoa jurídica de direito público com crédito tributário a receber, verifica-se o concurso de preferências, na seguinte ordem: União; Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró-rata; Municípios, conjuntamente e pró-rata.
- d) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

QUESTÃO 22

Analise as assertivas abaixo sobre a dívida ativa tributária e assinale a alternativa incorreta:

- a) A dívida regularmente inscrita goza da presunção absoluta de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- b) O termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente, entre outras informações, a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) A certidão de inscrição da dívida ativa conterá, entre outros requisitos, a indicação do livro e da folha da inscrição.
- d) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

QUESTÃO 23

Analise os conceitos de poderes administrativos a seguir e assinale a alternativa que indica a qual poder se referem tais conceitos, respectivamente:

- I- É poder de que dispõe o Executivo para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores do seu quadro de pessoal.
- II- É o poder que o Direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.
- III- É o poder que a lei confere à Administração Pública para a prática de ato de sua

competência, determinando os elementos e requisitos necessários à sua formalização.

- IV- É a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.

- a) Poder subordinado, poder discricionário, poder vinculado e poder de polícia.
- b) Poder hierárquico, poder discricionário, poder vinculado e poder disciplinar.
- c) Poder hierárquico, poder arbitrário, poder vinculado e poder de polícia.
- d) Poder vinculado, poder arbitrário, poder subordinado e poder disciplinar.

QUESTÃO 24

São requisitos constitucionais exigidos para a desapropriação os abaixo citados, exceto:

- a) necessidade ou utilidade pública.
- b) justa e prévia indenização em dinheiro.
- c) interesse social.
- d) sentença transitada em julgado.

QUESTÃO 25

Os conceitos abaixo foram extraídos da Lei n. 8.666/1993, que trata das licitações e contratos da Administração Pública. Identifique, respectivamente, a qual conceito corresponde cada definição:

- I) Feita pelos órgãos e entidades da Administração, pelos próprios meios.
- II) Quando se ajusta mão-de-obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
- III) Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
- IV) Serviços prestados no País, nas condições estabelecidas pelo Poder Executivo federal.
 - a) Execução direta, tarefa, projeto executivo e serviços nacionais.
 - b) Empreitada, obra, projeto executivo e serviço.
 - c) Empreitada, tarefa, projeto preliminar e serviços nacionais.
 - d) Execução direta, tarefa, projeto preliminar e empreitada.

QUESTÃO 26

Sobre os servidores públicos, é correto afirmar:

- a) São estáveis após dois anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em



disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

d) Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime exclusivo de previdência social.

QUESTÃO 27

Sobre os bens públicos, está incorreto afirmar:

a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

b) São bens públicos dominicais aqueles que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

c) Edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias, são bens públicos de uso comum do povo.

d) Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.

QUESTÃO 28

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta, sobre prescrição no direito civil:

I) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo escrito das partes.

II) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.

III) A prescrição iniciada contra uma pessoa encerra-se com a morte desta.

IV) A exceção prescreve no mesmo prazo em que a pretensão.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Somente as assertivas I, II e III estão corretas.

c) Somente as assertivas I e III estão corretas.

d) Somente as assertivas II e IV estão corretas.

QUESTÃO 29

Sobre as servidões, está correto afirmar:

a) As servidões prediais são indivisíveis, e subsistem, no caso de divisão dos imóveis, em benefício de cada uma das porções do prédio dominante, e continuam a gravar cada uma das do prédio serviente, salvo se, por natureza, ou destino, só se aplicarem a certa parte de um ou de outro.

b) Salvo nas desapropriações, a servidão, ainda que não registrada, só se extingue, com respeito a terceiros, quando cancelada.

c) A servidão proporciona utilidade para o prédio serviente, e grava o prédio dominante, que pertence a diverso dono, e constitui-se mediante declaração expressa dos proprietários, ou por testamento, e subsequente registro no Cartório de Registro de Imóveis.

d) Constituída para certo fim, a servidão pode ter sua finalidade ampliada, se houver utilidade pública.

QUESTÃO 30

Analise as assertivas abaixo, a respeito do trabalho temporário, e assinale a alternativa correta:

I) A duração do contrato de trabalho temporário, incluídas as prorrogações previstas legalmente, não pode ultrapassar um período total de nove meses.

II) A empresa de trabalho temporário, pessoa física ou jurídica, será necessariamente urbana.

III) É permitido à empresa de trabalho temporário contratar estrangeiro portador de visto provisório de permanência no País, desde que o período da contratação respeite o limite da validade do visto de permanência no País.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas a assertiva I está incorreta.

c) Apenas a assertiva II está incorreta.

d) Apenas a assertiva III está incorreta.

QUESTÃO 31

A respeito da prescrição trabalhista, está incorreto afirmar:

a) Contra os menores de 18 (dezoito) anos não corre nenhum prazo de prescrição.

b) A prescrição trabalhista é de 2 (dois) anos a partir do término do contrato de trabalho, atingindo as parcelas relativas aos 5 (cinco) anos anteriores, para trabalhadores urbanos.

c) A prescrição trabalhista é de 2 (dois) anos a partir do término do contrato de trabalho, atingindo as parcelas relativas aos 5 (cinco) anos anteriores, para trabalhadores rurais.

d) A prescrição do direito de reclamar a concessão das férias ou o pagamento da respectiva remuneração é de 2 (dois) anos contados do início do contrato de trabalho.

QUESTÃO 32

Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta sobre as férias dos empregados:

I) Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

II) O empregado estudante, menor de 18 (dezoito) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.

III) Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

IV) Os membros de uma família, que trabalharem no mesmo estabelecimento ou empresa, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

a) Todas as assertivas estão corretas.

b) Apenas a assertiva I está incorreta.

c) Apenas a assertiva III está incorreta.

d) Apenas a assertiva IV está incorreta.



QUESTÃO 33

De acordo com a Constituição Federal, todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. O mesmo Diploma prevê que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente podem acarretar responsabilidades aos seus infratores. Em conformidade com os preceitos acima, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I- As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
 - II- As sanções penais aos infratores que lesarem o meio ambiente não são aplicadas às pessoas jurídicas.
 - III- Somente serão aplicadas sanções aos infratores que lesarem o meio ambiente se não houver a reparação aos danos causados.
 - IV- Somente será obrigatória a reparação dos danos causados ao meio ambiente se não houver a aplicação de sanções penais e administrativas.
- a) Somente a assertiva I está correta.
b) Somente a assertiva II está correta.
c) Somente a assertiva III está correta.
d) Somente a assertiva IV está correta.

QUESTÃO 34

Assinale a alternativa incorreta, de acordo com o Código Florestal Brasileiro, sobre as Áreas de Preservação Permanente:

- a) A supressão de vegetação nativa protetora de nascentes, dunas e restingas somente poderá ser autorizada em caso de interesse social.
- b) É dispensada a autorização do órgão ambiental competente para a execução, em caráter de urgência, de atividades de segurança nacional e obras de interesse da defesa civil destinadas à prevenção e mitigação de acidentes em áreas urbanas.
- c) É permitido o acesso de pessoas e animais às Áreas de Preservação Permanente para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental.
- d) A vegetação situada em Área de Preservação Permanente deverá ser mantida pelo proprietário da área, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado.

QUESTÃO 35

A Lei n. 9.605/1998 dispõe sobre os crimes ambientais e suas penalidades. De acordo com essa Lei, é correto afirmar que:

- a) Verificada a infração, serão apreendidos seus produtos e instrumentos, lavrando-se os respectivos autos. Tratando-se de produtos perecíveis ou

madeiras, serão estes avaliados e leiloados em praça pública.

- b) Nas infrações penais previstas na Lei, a ação penal é pública condicionada.
- c) As infrações ambientais são apuradas em processo do rito ordinário, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório.
- d) A pena por cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente, é a detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

QUESTÃO 36

Sobre a bandeira oficial da cidade de Carapicuíba, é incorreto afirmar:

- a) Lembra muito a do Brasil
- b) O campo verde é dividido em 4 áreas equivalentes
- c) O losango é o símbolo da ferrovia
- d) O verde recorda ainda Tiradentes, supliciado em 1789, ano da Revolução Francesa

QUESTÃO 37

Em 1948 Carapicuíba passou a ser:

- a) Distrito Religioso
- b) Distrito de Paz
- c) Distrito Industrial
- d) Distrito dormitório

QUESTÃO 38

O nome "Carapicuíba" tem origem na:

- a) Língua Espanhola
- b) Língua Portuguesa
- c) Tupi Guarani
- d) Latin

QUESTÃO 39

Comprou terras na região de Carapicuíba, em 1854:

- a) Conde Itu
- b) Barão de Iguape
- c) Barão de Itapetininga
- d) Conde de Serra Negra

QUESTÃO 40

São bairros de Carapicuíba:

- I- Aldeia de Carapicuíba
 - II- Centro
 - III- Cidade Ariston.
 - IV- Conjunto Habitacional Presidente Castelo Branco (COHAB 1, 2 e 5)
 - V- Fazendinha/Granja Viana
- a) I, II, III e V apenas são verdadeiros
b) I, II, III e IV apenas são verdadeiros
c) III e IV apenas são verdadeiros
d) I, II, III, IV e V são verdadeiros